



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

JULIE RODRIGUES DOS SANTOS

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA  
EXPERIÊNCIA DO CENTRO POP - NITERÓI**

Rio de Janeiro  
2021

JULIE RODRIGUES DOS SANTOS

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA  
EXPERIÊNCIA DO CENTRO POP - NITERÓI**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro para  
a obtenção do título de Bacharel em Serviço  
Social sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Rosana  
Morgado

Rio de Janeiro

2021

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA  
EXPERIÊNCIA DO CENTRO POP - NITERÓI**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, da Escola de Serviço Social, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana Morgado

---

1<sup>a</sup> Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Izabel Moura

---

2<sup>a</sup> Examinador

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Daniel Campos

Rio de Janeiro

2021

SANTOS, Julie Rodrigues dos. A violência contra a mulher em situação de rua: Uma experiência do Centro POP - Niterói. Rio de Janeiro, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo investigar o fenômeno da violência sofrida por mulheres em situação de rua que foram observadas no Centro Pop de Niterói no primeiro semestre de 2019, tendo como instrumento de pesquisa o diário de campo. Foi desenvolvido através desta observação, um estudo bibliográfico e empírico, utilizando autores como Saffioti, Alves, Santos, Rosa, entre outros, buscando aprofundar as noções de violência, a questão de gênero, patriarcado e poder no capitalismo, Assistência Social e Questão Social. O estudo bibliográfico foi desenvolvido simultaneamente com uma pesquisa documental que consistiu na leitura e análise de dados, artigos, sites oficiais, indicadores sociais, documentos institucionais que demonstram a violência contra mulheres em situação de rua, juntamente com determinações e diretrizes relativas ao tema da pesquisa. Os resultados deste trabalho mostram que, embora o Centro - Pop ofereça oficinas e espaços para mitigar o sofrimento das mulheres, ainda precisa de mais apoio do Estado para ampliar o acolhimento e sofrimento destas. Sua infraestrutura e recurso pessoal necessitam de complementos sejam financeiros, sejam de formação profissional e técnica. E com isso, conclui-se que essa pesquisa, embora tenha caráter introdutório, traz contribuições necessárias para reflexão sobre a formação e atuação do assistente social enquanto agente social que contribui com questões humanizadoras acerca da violência sofrida pela mulher em situação de rua.

**Palavras-chave:** Violência de gênero, Patriarcado, Assistência Social, Questão Social.

## ABSTRACT

This work aims to investigate the phenomenon of violence suffered by homeless women who were registered at the Centro Pop de Niterói in the first quarter of 2019. Through this, a theoretical-bibliographic and empirical study will be developed, using authors such as Saffioti, Alves, Santos, Rosa, among others, seeking to deepen the notions of violence, the issue of gender, patriarchy and power in capitalism, Social Assistance and Social Issues. The bibliographic study will be developed simultaneously with a documental research that consists of reading and analyzing data, articles, official websites, social indicators, institutional documents that demonstrate violence against homeless women, together with determinations and guidelines related to the research theme. . The results of this work show that, although the Centro-Pop offers workshops and spaces to alleviate the suffering of women, it still needs more support from the State to expand their reception and suffering. Its infrastructure and personal resources need complements, whether financial or professional and technical training. And with that, it is concluded that this research, although having an introductory character, brings necessary contributions for reflection on the formation and performance of the social worker as a social agent who contributes with humanizing questions about the violence suffered by women.

**Keywords:** Gender Violence, Patriarchy, Social Assistance, Social Issue.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Gráfico que aponta os principais abusos sofridos por moradores de rua. Fonte: Ministério da Saúde. Página 30.
2. Gráfico que aponta os principais autores de violência contra população de rua. Fonte: Ministério da Saúde. Página 31.
3. Foto de caixas de papelão utilizadas por moradores de rua. Foto: Lola Ferreira / Gênero e Número. Página 32.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 GÊNERO, PATRIARCADO, VIOLÊNCIA CONTRA MULHER .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 VIOLÊNCIA E PODER: A QUESTÃO DE GÊNERO E PATRIARCADO.....</b>	<b>12</b>
<b>3. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÕES DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL: ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA .....</b>	<b>37</b>
<b>4. O TRABALHO DO CENTRO POP.....</b>	<b>41</b>
<b>4.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO CENTRO POP E PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DOS SERVIÇOS DO CENTRO POP .....</b>	<b>41</b>
<b>4.1.1 Característica gerais da instituição.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1.2 Natureza da instituição.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1.3 Infraestrutura.....</b>	<b>44</b>
<b>4.1.4 Características dos usuários e das demandas.....</b>	<b>44</b>
<b>4.1.5 Avaliação e Monitoramento no Centro POP.....</b>	<b>46</b>
<b>4.1.6 Conjuntura política e sua incidência no contexto institucional.....</b>	<b>48</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A iniciativa desta pesquisa se constituiu a partir da observação e experiência de estágio, tendo o diário de campo como instrumento de pesquisa para composição deste trabalho. A observação se deu durante meu estágio acadêmico no Centro Pop - Centro de População de Rua em Niterói, no primeiro semestre de 2019, onde foi possível identificar que havia a grande problemática da violência sofrida pela mulher em situação de rua.

A violência sofrida pela mulher em situação de rua carrega uma carga de moralização e privação, que não reconhece tais mulheres como sujeitos de direitos, o que fomenta e dimensiona o estigma sofrido por estas mulheres. A questão do gênero estabelece e reforça essa situação, condicionando – as enquanto vítimas naturais, construindo uma feminização da violência e da pobreza das que se encontram em situação de rua.

O patriarcado também é outra questão que estabelece uma relação de poder reforçando os estigmas sofridos pela mulher, enquanto gênero dominado e frágil, sendo passível de todas as formas de violência, assédio e dominação.

O capitalismo não criou a violência contra a mulher, mas tampouco a resolveu, pois se alimenta e reproduz a violência como uma prática de poder, seja pela dominação da mulher ou o controle de seus corpos.

Nesse sentido, essa monografia tem como objetivo abordar as questões gênero, capitalismo e patriarcado, no âmbito da violência contra mulher em situação de rua, tendo por referência, meu estágio acadêmico no Centro Pop de Niterói no primeiro semestre de 2019.

Considerando que a violência possui causas multifatoriais e requer uma intervenção interdisciplinar, humanizada e fundamentada em determinações legais e de orientação ética, busco discutir algumas políticas sociais de enfrentamento da violência contra mulher em situação de rua no contexto brasileiro.

A relevância e a necessidade de abordar este tema é tangida pela gritante escassez no serviço social de dados acerca deste fenômeno, numa

sociedade sedimentada no processo de dominação patriarcal, exploração capitalista e o racismo.

Para tal estudo é importante apresentar a dinâmica na qual o Centro Pop está inserido e sua caracterização e suas determinações.

O Centro Pop é um equipamento da proteção social que está inserido na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, caracterizado como serviço de média complexidade, criado para o atendimento especializado à população em situação de rua. É uma instituição de natureza pública estatal com gestão municipal.

Os serviços ofertados neste equipamento estão pautados na tipificação da PNAS, onde os usuários têm seus acessos através da articulação das diversas redes, sejam elas socioassistenciais, redes sociais locais, serviços de políticas públicas setoriais, sistema de segurança pública, instituições de ensino e pesquisa, serviços e projetos de instituições não governamentais e comunitárias e demais órgãos do sistema de garantia de direitos.

A unidade deve, obrigatoriamente, ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Também pode ofertar o Serviço Especializado em Abordagem Social - é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas. O serviço configura-se como um importante canal de identificação de situação de risco pessoal e social que podem, em determinadas situações, associar-se ao uso abusivo ou dependência de drogas (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009). O serviço de abordagem e a Guarda Municipal também constituem parte integrante da Equipe do Centro Pop.

Considerando as temáticas desta pesquisa, essa monografia é apresentada em três capítulos. No primeiro, foram abordadas as questões sobre gênero, patriarcado e violência contra mulher. O segundo trata das políticas de assistência e ações de proteção às mulheres em situação de rua. O último capítulo apresenta minhas observações e análises acerca do contexto

e do trabalho do CENTRO POP relacionado à política de assistência contra violência de mulheres em situação de rua.

## **2. GÊNERO, PATRIARCADO, VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

### **2.1. VIOLÊNCIA E PODER: A QUESTÃO DE GÊNERO E PATRIARCADO**

Nesse tópico, abordo, de forma articulada, os temas violência e poder dentro das temáticas gênero e patriarcado. Considero que esses tópicos devam ser tratados de forma associada para se pensar de que forma o patriarcado influencia nas condições de relações íntimas de violência de gênero e como esse conceito é crucial para se pensar na violência contra mulher, objeto de estudo dessa monografia.

Segundo Alves,

há, no Serviço Social, uma compreensão geral de que gênero trata das relações de poder na vida social, relações essas que atribuem posições assimétricas ao masculino e ao feminino. Desse modo, as desigualdades de gênero constituem-se como um dos focos do trabalho do assistente social e de suas preocupações de pesquisa (...) (ALVES, 2018, p.269).

Nesse sentido, considero que as temáticas tratadas nessa pesquisa são importantes não unicamente para se pensar as condições que envolvem as mulheres numa sociedade majoritariamente patriarcal, mas também para se pensar como essas condições influenciam políticas públicas que envolvem o trabalho do assistente social.

Segundo Alves, para Marx

a divisão sexual do trabalho é entendida como interdependência entre os sexos, e não pensada em termos de subordinação de um sexo a outro. A problematização da divisão do trabalho em Marx começa com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, e não com a divisão sexual. O fato de que mulheres na ordem capitalista irão compor a força de trabalho é tratado por Marx menos como uma questão que afeta as mulheres e mais como um processo que diz respeito à lógica da acumulação capitalista. Isso se relaciona com a feminização da pobreza, em que as mulheres constituem a classe trabalhadora, de trabalho pesado manual, não ocupando as gerências dos cargos de chefia porque são representadas como sexo menos inteligente e capaz. Assim, possuem salário menor do que o dos homens (ALVES, 2018, p.270).

A partir dessa análise da influência do capitalismo na desigualdade entre as condições de trabalho entre homens e mulheres, considera-se que esse

modo de produção não apenas aprofundou essas desigualdades resultando na feminização da pobreza, mas também ainda não conseguiu amenizar os impactos nessa desigualdade, por exemplo, pensando na questão do consumo ou da própria desigualdade de acesso à tecnologia ou conhecimento, para se reduzir as diferenças de oportunidades ou qualificação para o trabalho entre homens e mulheres.

Para Alves,

O corpo marcado por gênero, sexualidade e raça aparece como um distintivo fundamental para a constituição das situações de opressão. Obedecendo a um enfoque que preza pela situacionalidade do conhecimento, a perspectiva interseccional nos ajuda a compreender os sentidos da opressão em contextos delimitados, reservando um lugar essencial à raça e etnia por serem marcadores fundamentais na construção da chamada modernidade colonial. Nesse sentido, o corpo, seus significados e práticas têm um lugar central nas pesquisas de corte interseccional. Na abordagem interseccional, a raça funciona como experiência de constituição do eu e como criação de uma comunidade de sentidos e de destino interpelada pela cor (ALVES, 2018, p. 280).

É nesse sentido, que o capitalismo impregna em uma sociedade moderna novos valores atrelados ao sexo, em especial ao feminino, como corpo, desmantelando ou reduzindo-o apenas à função biológica ou reduzindo-o à coisa enquanto meio de produção para se pensar numa sociedade mais consumista e detentora de poder e acumulação de produtos, esquecendo-se da subjetividade do ser.

Suelyly Souza de Almeida, em seu artigo “Essa violência mal-dita”, conceitua a violência de gênero “enquanto a produção de violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e seu caráter é relacional” (Almeida, 2007, p.25). Para ela, gênero é tanto uma categoria analítica quanto histórica. É analítica porque “potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais em nível mais abstrato” (Almeida, 2007, p.26), ou seja, dependerá da interpretação do panorama dessas relações. É também histórica porque, ao longo da história, são “estruturados lugares sociais sexuados, a partir da dicotomia público x privado, produção x reprodução, político x pessoal, e (...) as desigualdades sociais” (Almeida, 2007, p.26).

Almeida (2007, p.27) afirma, “a violência de gênero só se sustenta em

um quadro de desigualdade de gêneros”. Para a autora, essa naturalização ganha reforço nas diversas esferas sociais (político-partidária, relações de trabalho, entre outras), e, conseqüentemente, vão se estruturando relações de subordinações, hierarquizações e o acesso desigual às fontes de poder e aos bens materiais e simbólicos entre os gêneros. Além disso, ganha força a extensão da jornada de trabalho da mulher, o entrelaçamento entre a vida pública e privada, à restrição quanto ao tempo e investimentos para se qualificar e as cobranças quanto à responsabilidade na reprodução familiar e, como consequência, sua vida profissional torna-se subestimada e subqualificada quando comparada à vida profissional do homem, que consegue encontrar mais espaço e tempo para investir em sua carreira. Esse processo é, portanto, considerado por Almeida (2007, p.28) micro e macropolítico, que se desenvolve em escala societal e interpessoal, relacionado às disputas domésticas e conflitos de trabalho, por exemplo, e também à violência estrutural. Para Almeida,

a violência de gênero se passa num quadro de disputa de poder, o que significa que não é dirigida a seres, em princípio, submissos, mas revela que o uso da força é necessário para manter a dominação, portanto, a ideologia patriarcal- tensionada por conquistas históricas, sobretudo feministas- não se revela, sobretudo disciplinadora (ALMEIDA, 2007, p. 28).

Nesse sentido, a violência de gênero se objetiva nas relações entre os sujeitos que possuem uma relação hierárquica desigual na estrutura familiar e societal. Dessa forma, quanto maior essas relações subjulgarem a categoria feminina, essa violência produzirá mais vítimas mulheres. Na violência de gênero nas relações íntimas, a violência simbólica é potencializada, pois possui um espaço comum de convivência, com valores morais construídos e maior peso emocional do que cognitivo. Portanto, há, nessa relação, uma sobreposição da emoção sobre a razão, sendo esta, caracterizada como uma mistura de sentimentos como dor, culpa, vergonha, entre outros, que não permitem a raciocinar sobre o problema e objetivar uma saída concreta.

Conforme aponta Almeida (2007, p.29), “a ordem simbólica favorece o exercício da exploração e da dominação, por limitar a possibilidade de apreensão de novos referenciais simbólicos e de construção de alianças”. Com

isso, a autora constrói um argumento de que a família e o espaço doméstico são espaços onde é fomentado esse tipo de violência, sobretudo a violência simbólica, podendo inclusive se estender a outros membros da família, partícipes dessas relações. Essa violência objetiva o controle do poder das relações podendo provocar sintomas como os psicossomáticos ou ainda fragilizar a vítima de uma forma que se torne passiva, subordinada e dependente. Como consequência, o aprofundamento desses sintomas leva à graves doenças tais como depressão, transtornos de ansiedade e de pânico, dentre outros que impactam profundamente na vida social e profissional da vítima, levando-a muitas vezes a ser usuária dos serviços públicos de saúde, à uma medicalização de um problema, que é na grande maioria das vezes, social, ao abandono do emprego e de seus lares, ao rompimento de laços familiares, passando a morarem nas ruas, expondo-se também a outros tipos de violência. Quando experimentado violência crônica, as mulheres, muitas vezes, chegam ao estado confusional, com perda do contato com a realidade, agravando sua condição de desgaste emocional. Além disso, segundo Almeida (2007, p.32) as condições socioinstitucionais podem reproduzir esse tipo de violência, quando há “falta de equipamentos sociais em quantidade e qualidade suficientes”.

Não somente as condições socioinstitucionais ainda são grandes entraves ao combate da violência de gênero. Se por um lado, há muitas discussões sobre as representações das próprias mulheres acerca da violência que sofrem, por outro lado, existe, por parte da sociedade, um moralismo, conforme aponta Stecanelai e Ferreira (2010),

Conforme informam várias pesquisas, um dos maiores problemas para o combate à violência de gênero decorre das representações que as mulheres têm em torno da violência doméstica, pois grande parte delas somente reconhece as violências físicas, demonstrando ausência de visibilidade das outras formas, como a violência sexual, a psicológica, a patrimonial. Em pleno terceiro milênio, ainda existem mulheres dominadas, que não percebem quando são alvo de violência de gênero (STECANELAI, N. & FERREIRA, P. M., 2010, P.23).

Há, nesse discurso, uma ideia de característica tradicional e moral em que a não percepção das mulheres sobre a sua condição de dominadas é a

causa e não a consequência de possível violência crônica, conforme aponta Almeida (2007).

É importante ressaltar que nessa pesquisa concordamos com o seguinte posicionamento de distinção entre violência de gênero e violência contra mulheres segundo Santos e Izumino (2005, p.9). Estas autoras chamam a atenção para o fato do conceito violência de gênero estar “sendo utilizado como sinônimo de violência contra as mulheres, sem haver uma mudança conceitual”.

Segundo as autoras, é necessário considerar os três paradigmas teóricos que influenciaram os estudos sobre a violência contra as mulheres no Brasil. O primeiro é caracterizado por dominação masculina e encara a violência contra a mulher “como expressão da dominação da mulher pelo homem”, reduzindo a mulher a uma função, que ao mesmo tempo é de vítima e de cúmplice dessa relação.

O segundo paradigma, dominação patriarcal, desenvolve-se sob a referência marxista e feminista e define a violência, tal como se depreende da sua designação, de patriarcal. Neste, a “mulher é vista como um ser autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino” (SANTOS, C. M., & IZUMINO, W. P. 2005. p.2).

O último paradigma, relacional, “relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo a violência como uma forma de comunicação e um papel do qual a mulher não é vítima senão cúmplice” (SANTOS, C. M., & IZUMINO, W. P. 2005. p.2).

Nesta monografia, é importante, porém deixar claro que embora nosso posicionamento seja fundamentado nas influências marxistas e feministas, muitas vezes em diferentes contextos e condições relacionais, uma situação pode ser analisada por outros paradigmas.

Santos e Izaltino não se distanciam, porém, da concepção de gênero de Almeida (2007), pois as primeiras consideram gênero enquanto “construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres” (SANTOS, C. M., & IZUMINO, W. P. 2005. P.3). Para elas, gênero envolve sempre uma perspectiva relacional. Por isso,

recusam-se a aceitar a compatibilidade entre a ideologia patriarcal e a análise de gênero na medida em que o paradigma da dominação masculina (e da submissão feminina), pois entendem que é “insuficiente para explicar as mudanças dos papéis sociais e do comportamento de muitas mulheres diante da violência” (SANTOS, C. M., & IZUMINO, W. p. 2005. P.13).

Na pesquisa realizada por Bandeira (2014), a autora disserta sobre a importância que os movimentos feministas de 1980 tiveram na construção de novas áreas de estudos e assim, serviços públicos e leis particulares específicas para violência contra mulheres e violência de gêneros, com isso desenvolveu-se uma maior qualificação e a análise da problemática da violência contra a mulher. Esses movimentos foram de fundamental importância em diferentes questões acerca desses tipos de violência, porque, segundo a autora

desconstruiu a ideia corrente de que o aparato sexual era inerente à natureza das mulheres e dos homens, colocando as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico e as inscrevendo na história. Por sua vez, desconstruiu a ideia de que a violência contra a mulher está ligada aos significados atribuídos, de modo essencializado, à masculinidade, à feminilidade e à relação entre homens e mulheres em nossa cultura. Para se aprofundar no tema, foi fundamental que a noção de gênero - distinta da de sexo - , sob a qual se dava no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje ainda serve para justificar preconceitos. (BANDEIRA, 2014, p.449)

Para a autora anteriormente citada, é crucial analisar a violência contra as mulheres segundo a perspectiva gênero porque possibilita entender

o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências. Ou seja, esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Pelo contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar. (BANDEIRA, 2014, p.450)

Nesse sentido, o pensamento desta autora está articulado com o de Almeida (2007), pois considera que a violência contra mulher, por ser

baseada na violência de gênero é caracterizada por relações hierárquicas, ou seja, desiguais de sexo, onde tem por início a família ou o universo familiar.

Segundo Bandeira, ainda que os movimentos feministas de 1970 já correlacionassem as questões de gênero com a violência contra mulheres, denunciando a violência sexual, o cunho sociológico só ganhou embasamento na próxima década. Para a autora, cabe “destacar que a expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas”. (BANDEIRA, 2014, p. 450)

Além disso, para a autora, não há dúvida sobre a importância do movimento feminista de uma forma geral para combater a violência de gênero, pois não apenas

visibilizou a violência da qual as mulheres eram as vítimas preferenciais, mas também a retirou da esfera da vida privada e familiar, legitimando-o como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres. (BANDEIRA, 2014, P. 453)

Por outro lado, um aspecto interessante que entra no questionamento do movimento feminista, segundo a autora “era o ordenamento patriarcal ainda estruturador da ordem familiar e normatizador da sexualidade e dos corpos”, ou seja, embora a movimento tente denunciar e publicizar a preferência da mulher no centro da violência, não apenas no contexto do universo familiar, mas enquanto problema de saúde pública e na esfera política e social e , por isso, legitimando seus direitos humanos, o movimento feminista questionou o patriarcado ainda enquanto um dos principais problemas que garantem e reforçam o controle sobre os corpos, “evidenciando aí não apenas as desigualdades de poder, mas a ameaça que ele significava à integridade física, moral e psicológica das mulheres”. (BANDEIRA, 2014, p. 454)

Com o aumento das denúncias de violência contra mulheres e de gênero, os estudos feministas, segundo Bandeira, consideram, em especial a violência de gênero,

como um dos pilares da violência contra a mulher o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem a dinâmica da violência. Dessa forma, o patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para se explicar a violência contra a mulher. Apesar das fragilidades que ambos os conceitos apresentam na sociedade contemporânea, bem como das críticas que lhes são atribuídas, ainda assim trazem consigo significados e desdobramentos importantes para que se possa compreender a manutenção dos ordenamentos familiares, uma vez que não está rompida a máxima: "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher". Se a luta do movimento feminista foi tornar pública a violência sofrida pelas mulheres, no sentido de reconhecê-la como problema que envolve a sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia (BANDEIRA, 2014, p. 457)

É importante analisar essa reflexão pois refere-se a uma mudança (ou tentativa) de perspectiva em relação a visão social que se tinha da relação de violência contra mulher enquanto questão íntima (privada) do casal e enquanto questão pública, tomando visibilidade maior, problemática e de cunho político e social, necessitando ser pensado como questão de políticas públicas.

Ainda segundo Bandeira,

Assim, a manutenção da lógica familista alia-se aos motivos aparentemente desencadeadores da violência e que são sempre frequentes nas conciliações dos conflitos domésticos e intrafamiliar, cabendo à mulher: reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar-se da independência econômica (mulher em processo de ascensão social), aceitar a violência como expressão de ciúmes, entre outros. (BANDEIRA, 2014, p. 457)

É nesse sentido, que concordo com Almeida (2007) em que a violência simbólica crônica realizada nessa violência contra mulher e de gênero é uma das causas que levam a mulher a se calar, ter sentimentos de frustrações, de vergonha, doenças emocionais como depressão e que impactam em doenças físicas ou mesmo agressões. Esses são sintomas que levam, muitas vezes, mulheres a se calarem, não denunciarem, sendo crucial essa análise durante um julgamento de um caso de violência contra mulher ou de gênero. A violência simbólica torna, portanto, esses sintomas agudos. É importante essa análise quando se discute o caráter moral de cada caso. Conforme aponta Bandeira,

A violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal. Em outras palavras, equivale a dizer que a violência física e sexual está sendo mantida como forma de controle, já que se ancora na violência simbólica (BANDEIRA, 2014, p. 459).

A violência de gênero e contra mulheres é construída através de várias facetas, que englobam a violência moral, entrelaçada no relacionamento íntimo do universo familiar, ocasionando também violência simbólica nos filhos ou demais pessoas do círculo familiar, segundo Bandeira,

São exemplos da violência moral: humilhação, intimidação, desqualificação, ridicularização, coação moral, suspeitas, desqualificação da sexualidade, desvalorização cotidiana da mulher como pessoa, de sua personalidade, de seu corpo, de suas capacidades cognitivas, de seu trabalho, de seu valor moral, dentre outras. Importante ressaltar que a definição de violência moral da autora assemelha-se à definição de violência psicológica contida na Lei Maria da Penha. Esta restringe a definição de violência moral aos crimes contra a honra dispostos no Código Penal (injúria, calúnia e difamação) (BANDEIRA, 2014, p. 459).

Esses tipos de violências são reforçados pelos sentimentos aprendidos socioculturalmente como o perdão ao outro que bateu, o sentimento de esperança tanto de impunidade da justiça como de mudança de comportamento do agressor, e, por isso, a ausência da denúncia ou seu retardo, o medo de retaliações e de novas agressões com a denúncia, o medo de perder a guarda dos filhos, a postura crítica ou de taxaço da família e da comunidade, a dependência afetiva e econômica, dentre outros problemas, que contribuem para um ciclo de agressões tanto emocionais como físicas e que, muitas vezes, demoram a cicatrizar.

Segundo Bandeira (2014), a violência de gênero e contra mulheres

transcendem a realidade vivida ao impregnar o imaginário social e projetar um mundo violento, que passa a ser referência e cria a realidade. Ainda, a percepção da existência da violência, fazendo-se presente senão em todas, pelo menos, na maioria das ações e relações privadas e sociais, extensivas às práticas de violência em certas instâncias estatais, destrói a esfera da interação humana, provoca agressões disseminadas pelo tecido social, tanto entre os agentes institucionais, quanto entre os indivíduos comuns (BANDEIRA, 2014, p. 466).

Carvalho considera que

apesar das significativas conquistas do movimento feminista a partir de seu surgimento e o conseqüente empoderamento das mulheres através da inserção no mercado de trabalho e posse da própria renda, a cultura da submissão perante a figura patriarcal e masculina ainda perdura (CARVALHO, 2018 p.150).

Para Carvalho, o movimento feminista, chegando mais tardiamente ao Brasil, atrelou o gênero à violência para refletir o quanto as categorias masculino, feminino no sexo, foram forjadas historicamente para determinar o que é ser homem e o que é ser mulher, conforme aponta o trecho abaixo:

No Brasil, o conceito de gênero se difundiu na década de 90. Explorando este conceito, onde majoritariamente em consenso entre as feministas, foi concebido como uma categoria forjada historicamente, uma construção social e cultural da representação do que é masculino e feminino, as ideias sobre feminilidade e masculinidade, que, não obstante, diferem-se natureza e cultura, de modo que o sexo está relacionado à biologia e o gênero está vinculado à cultura. Onde há a recusa do determinismo biológico e naturalização destas diferenças como se fossem inatas ao homem e à mulher, pois as formas de ser mulher e homem derivam de aprendizado, num determinado período histórico e formação societária.(CARVALHO, 2018. p.19)

Nesse sentido, se por um lado, o determinismo biológico ditava as regras do que era ser masculino e feminino, por outro lado, o discurso tradicional, normatizador e conservador, se apoderou do discurso biológico para definir as questões de homens e mulheres, rejeitando seu caráter pleno e subjetivo, considerando o indivíduo já formatado pelos seus ditames biológicos e não históricos, psicológicos, sociológicos e culturais.

Para Sanchotene et. al (2019),

a inclusão destas categorias, com novas contribuições para a elaboração da discussão de gênero, remete também às normas de heterossexualidade, as diferenças entre gênero (e/ou identidade de gênero), sexo e desejo (orientação sexual), onde quem foge à heteronormatividade seria um desviante, desintegrado à ordem. Considerando este conceito como histórico, entende-se como mutável e em permanente transformação. (SANCHOTENE ET. AL, 2019. p.151)

TOLEDO (2008, p. 47) relaciona as desigualdades de gênero às desigualdades sociais e explorações das mulheres quando afirma: “Há mais desigualdade de gênero quanto mais dependente é o país e mais explorada é a

mulher. Quanto maior a exploração, maior a barbárie, e barbárie significa, para a mulher, violência e costumes religiosos retrógrados”.

Assim, em países onde há as desigualdades sociais e econômicas, o conservadorismo religioso, enquanto prática de repressão sexual, reforça a exploração, a desumanização e a coisificação da mulher, aumentando não só a violência de gênero, mas também a violência simbólica e as influências não só do capitalismo, mas também do patriarcado, enquanto cerne do núcleo familiar tradicional.

Para Costa (2008), o conceito de patriarcado provém de uma organização social que o homem detém o domínio tanto na estrutura familiar (esfera privada), quanto na lógica organizacional e política (esfera pública), construído através da figura masculina de dominação. Isso é reforçado pelos dados que mostram, ainda que crescente, o baixo número de mulheres chefiando famílias, envolvidas em organizações políticas e sendo as principais chefes em repartições públicas e privadas. O patriarcado reforça nesse sentido, a violência de gênero porque naturaliza as condições de reprodução das subordinações, de dependência feminina em relação ao masculino, da falta de experiência das mulheres no mercado de trabalho e das desigualdades em diferentes outras esferas sociais.

Segundo Saffioti (2004), a dominação patriarcal, portanto, consegue associar a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. Existe uma tolerância ou amenização social para que os homens transformem em atos de agressão a sua hostilidade natural: ao contrário das mulheres, socializadas para desenvolver comportamentos subordinados, os homens foram historicamente estimulados a desenvolverem condutas afrontosas, que mostrem força, virilidade e coragem. Para essa autora, violência representa poder. Para Sanchotene et. al (2019), “o homem, ao cometer o abuso, além de fazer uso da força física, reforça a sua condição dominante”. Segundo Foucault (2014, *apud* Sanchotene et. al (2019)).

O poder se exerce para manter o controle e a coerção que se pratica sobre os oprimidos. Esse poder, uma relação contínua de dominação, vem sendo exercido desde o momento em que se estipulam lugares para o homem e a mulher. A partir dessa divisão, limitam-se as atividades da mulher, restringindo-a a tarefas domésticas, de caráter

passivo, dócil e frágil. Já o homem, enquanto indivíduo da vida pública e política, ao manter a sua postura viril e centralizadora, exerce o papel de provedor e, portanto, patriarcal. (SANCHOTENE ET. AL, 2019. p.150)

Nesse sentido, a questão de gênero, dentro das políticas no combate à violência contra mulheres e violência de gênero, deve ser vista como forma de desdobramento de novos parâmetros e legislações na esfera de segurança pública, o que condiciona ao aperfeiçoamento de qualificação das instituições e de seus agentes no que diz respeito a promover maior formação, sensibilização e interesse pelos casos, comprometendo-se ao não enviesamento por perspectivas sociais construídas culturalmente e, sim baseando-se sempre em dados científicos e registros de casos dessas violências. É nesse âmbito que as políticas públicas devem ser dirigidas às transformações socioculturais, comprometendo-se com a construção de novos saberes e práticas. E, conforme Bandeira (2014) aponta, “a coibição, a prevenção e o atendimento à violência de gênero exigem reflexões e atuações multissetoriais e multidisciplinares, que incidam diretamente na estrutura e conjuntura do fenômeno, organizador da nossa realidade social de maneira tão desigual e violenta às mulheres”. Assim, as políticas devem se preocupar também com o caráter multidisciplinar da equipe encarregada desses tipos de casos.

Considerando toda essa análise teórica sobre violência de gênero, patriarcado e poder, no tópico seguinte trato do panorama da violência contra a mulher no Brasil. É importante realizar uma análise do panorama não só estatístico, mas também qualitativo, ou seja, articulando as questões (sociais, econômicas e culturais) por trás dos dados, pois essa interpretação permitirá reflexões sobre os tipos de violência aqui caracterizados, não apenas enquanto prática importante da formação de assistente social, mas também para analisar suas articulações com as políticas públicas dessa área construídas no Brasil e suas ações e consequências para as mulheres em condições de rua que sofrem esse tipo de violência.

É importante também analisar a importância dos movimentos feministas que deram origem às reflexões e políticas públicas sobre a questão de violência contra mulheres no Brasil, como se desenvolveu seu atendimento e como os casos desse tipo de violência ainda são tratados nessas políticas,

considerando as várias facetas das condições sociais e econômicas em que as mulheres se encontram e são representadas pela sociedade.

É nesse sentido, que no próximo capítulo é tratada a questão da violência contra mulher no Brasil e a política de assistência social e ações de proteção às mulheres em situação de rua.

### **3. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÕES DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

#### **3.1. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL: ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS.**

Para compreender a conjuntura aqui analisada da violência contra a mulher no Brasil, é importante iniciar este capítulo traçando um panorama das desigualdades sociais e econômicas entre homens e mulheres nesse país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), ainda que tenha ocorrido uma pequena redução na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as mulheres ainda ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país. No entanto, o número de mulheres consideradas “ocupadas” pelo IBGE aumentou mais de 1,4 milhão entre 2012 e 2018, ao passo que entre os homens, esse número aumentou apenas 194 mil.

Embora esses valores sejam significativos, é importante refletir tanto sobre o tipo de emprego em que essas mulheres estão empregadas, pois em muito dos casos, estão em ocupações que sofrem constantes discriminações, humilhações, assédios, crimes de agressões verbais e físicas, tais como professoras, empregadas domésticas, cozinheiras entre outros, divulgados inclusive na grande mídia como o caso de Madalena (METRÓPOLE, 2020), libertada após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão e outro caso de uma idosa, resgatada em situação análoga à escravidão no Rio. esses casos, não são isolados, mais de 900 pessoas foram resgatadas em condições de trabalho análogas em regime de escravidão no Brasil (G1,2021).

Esses dados econômicos e sociais indicam não apenas que as desigualdades de gêneros geram lugares sociais, mas também reforçam a

naturalidade da vulnerabilidade social em que as mulheres se encontram, em geral, vítimas de abuso, violência e outros crimes de natureza de gênero.

Na pesquisa realizada por Sanchotene et. al (2019) com mulheres em situação de rua no Rio Grande do Sul, as autoras constataram que as principais concepções sobre ser mulher referem-se às violências as quais estão submetidas devido ao gênero e à impossibilidade de exercerem a maternidade da forma idealizada.

Conforme descrito na seção anterior, para Bandeira (2014), os movimentos feministas de 1980 foram importantes na articulação entre a violência contra as mulheres e as questões de gênero, para a autora

a agenda do movimento feminista brasileiro, a questão da violência contra a mulher tornou-se sua principal identidade, o que possibilitou ampliar o diálogo além dos espaços da militância com a academia, em especial com os núcleos de pesquisa (Heilborn & Sorj, 1999), bem como com a sociedade civil, por meio das organizações não governamentais (ONGs). A atuação da militância feminista e as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, conferindo novos contornos às políticas públicas. Destaca-se a criação de grupos de combate e atendimento às mulheres em situação de violência, sendo pioneiros os SOS Corpo de Recife (1978), São Paulo, Campinas e Belo Horizonte (década de 1980). Caracterizaram-se por um agir político diante das instâncias públicas, contribuindo para a politização das violências de gênero cotidianas e para a demanda por uma resposta do Estado. Este, por sua vez, atendeu à reivindicação das feministas, legal e formalmente, com a criação das *Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres* (Deam's), em 1985. Mais recentemente, foi instituída a Lei n.º 11.340, cunhada "Lei Maria da Penha", voltada à erradicação, coibição, punição e prevenção da violência doméstica e intrafamiliar. (BANDEIRA, 2014, P.3)

Carneiro e Fraga (2012) analisaram os registros de ocorrências e inquéritos policiais, processos e sentenças judiciais dos crimes previstos na Lei n. 11.340/06, a Lei Maria da Penha, relacionados às mulheres vítimas de violência doméstica, em São Borja no Rio Grande do Sul. As autoras apontam dados divulgados pela Senasp (MJ) (2011), que mostram ser a violência de gênero responsável por mais mortes de mulheres entre 15 e 44 anos do que doenças como câncer, malária, AIDS, ou do que problemas respiratórios, metabólicos, infecciosos, ou, ainda, do que acidentes de trânsito e guerras.

De acordo com as autoras, os dados estatísticos do ano de 2010 da Federação das Mulheres Gaúchas (FMG) mostram que apenas 28% das

mulheres agredidas no Rio Grande do Sul realizaram denúncia contra seus agressores nesse período. Assim, para elas “fica evidente, portanto, o quanto a violência doméstica contra a mulher é complexa, pois a vítima ainda precisa ser impulsionada a sair do anonimato e a conhecer seus direitos, a fim de que possa exigir que os mesmos sejam respeitados”.

No entanto, enquanto estudante do serviço social é necessário entender que o processo de denúncia de um agressor vai além de ser um processo individual, pois há diversas questões que perpassam até a tomada de decisão da denúncia, desde um processo psicológico, até um processo educacional, cultural, social e histórico. Algumas questões devem ser aqui abordadas que influenciam esse processo de denúncia tais como: a baixa auto estima construída no processo de violência simbólica, a vergonha, construída pelo universo familiar e social, a posição de mulher e/ou mãe, que, tradicionalmente, é a mantenedora ou “ pilar” da família, a que traz a segurança dos laços familiares, ao processo de dependência (seja financeira ou psicológica) em que a vítima se encontra, as ameaças do agressor, a cultura de medo, que nossa sociedade construiu ao longo da história de acordo com as diversas práticas de terrorismo seja via indivíduo, seja via institucional, à banalização da violência contra mulher da nossa sociedade, entre outras questões.

Para Baierl, a violência já faz parte do cotidiano e alimenta uma cultura de medo:

Parece que a violência tornou-se um hábito, parte do cotidiano e, como tal banal... Repetitiva... Coisa de pobre para alguns... Coisa de bandidos e de traficantes para outros. Embora banalizada e naturalizada, a violência vem alimentando a cultura do medo, levando as pessoas, sutilmente, a tecerem novas formas de relações sociais e/ novos padrões éticos. (BAIERL 2004, p. 51 e 52)

No Brasil, segundo Carneiro e Fraga,

esse é um problema reconhecidamente presente, sendo que cada vez mais a violência vem se generalizando no meio social. Especificamente sobre a violência doméstica os dados não são diferentes. Entretanto, nos estudos que abordam este tema, não existem estatísticas sistemáticas e oficiais que deem visibilidade à dimensão dessa realidade envolvendo mulheres vítimas. (CARNEIRO E FRAGA, 2012, p.374)

Para Saffioti (1994, p.168) esclarece que “o fenômeno da violência é transversal à sociedade, ignorando fronteiras de classe social e de raça/etnia, no entanto, as classes mais favorecidas dispõem de muitos recursos, políticos e econômicos, para ocultar a violência doméstica”.

Considero esse olhar extremamente importante para a análise do atendimento do serviço social em mulheres vítimas de agressão, em especial, em situação de rua. Além disso, considero que não apenas essas mulheres sofrem da ausência, na maioria dos casos para lutarem juridicamente contra esse tipo de violência, mas para se fortalecerem e resguardarem psicologicamente, enquanto um tratamento complexo e prolongado, o que ocorre diferentemente nos casos das mulheres que sofrem esse tipo de violência, mas que são oriundas de classes abastadas.

Silva, nessa mesma linha de pensamento, esclarece que

A chamada violência doméstica não é privilégio das classes populares, como a ideologia dominante quer fazer crer. Ao contrário, certos tipos específicos de violência que ocorrem na família, no “lar, doce lar”, ocorrem com uma incidência maior nas camadas sociais médias e altas, como, por exemplo, de abusos sexuais contra crianças. (SILVA, 1992, p. 67).

Além da questão da violência doméstica, a violência contra mulher e de gênero em situação de rua trazem problemas gravíssimos a vida da mulher, tais como o aborto em situação de risco, debatido no artigo de 2019 de Lola Ferreira: “Menos mulheres”: Invisíveis, moradoras de rua estupradas não têm acesso ao aborto legal”. O artigo debate a triste e degradante situação das mulheres em condições de risco nas ruas, especialmente, quando precisam recorrer a um aborto legal, não enxergam no sistema público uma saída, ainda que seja direito delas. O artigo traz depoimentos de uma delas, denominada no artigo como Maria: “Eu sabia que podia ir no hospital, mas isso também dá cadeia”, consciente das restrições ilegais impostas a milhares de mulheres no país. Depois desse caso, Maria foi estuprada mais duas vezes. No auge do período fértil, engravidou em ambas. Nas três gestações, Maria recorreu a um método bastante difundido entre as mulheres que vivem em situação de rua para abortar: chá de maconha.

Maria não fala da preparação do chá (“não sou só eu que faço, se eu falar pode dar problemas”), mas detalha seus efeitos: uma hemorragia intensa, pela qual ela passou três vezes sem contar para ninguém. Não foi ao hospital para saber se o sangramento podia significar o aborto ou algo pior, como a morte. Esperou passar. Um processo solitário, desde a compra da erva até o fim da hemorragia, com etapas anteriores que passaram por decidir se prosseguiria ou não com a gravidez.

Isso mostra não só o quanto a ausência do Estado na segurança pública e na saúde da população ocasionam consequência drásticas para as mulheres em situação de rua, como o estupro até seguido de morte, mas também o quanto a postura conservadora e a representação social do aborto, impregnada de raízes cristãs da nossa sociedade, leva, muitas vezes ao aborto ilegal e morte das mulheres já ameaçadas com a violência e impunidade do estado. A situação é fortalecida pela falta de políticas públicas com relação ao atendimento dessas mulheres com uma equipe multidisciplinar que possam acolhê-la da melhor forma possível apoiando na sua dor em relação à violência sexual ocasionada pelo estupro e pelo risco de sua vida, ocasionada pela ainda ilegalidade do aborto e falta de acesso a este procedimento de forma pública, eficaz e legal.

Isso mostra também que se por um lado, o poder público espera que essas mulheres, consideradas pelo Estado enquanto subumanas, adoeçam, sofram as diversas formas de atrocidades, violências e crimes, por outro lado, a nossa sociedade ainda julga moralmente a prática de aborto enquanto tentativa da mulher em sobreviver ou não arriscar a vida da criança em condição extremamente vulnerável em que a mulher se encontra.

Por isso, é compreensível que muitas mulheres que estejam nessa condição de vulnerabilidade não acreditem no poder do Estado, pois o mesmo mostra tanto descaso à sua condição como também promove a impunidade e reforça esses julgamentos morais, não oferecendo a legalidade do aborto para todas as mulheres que sofreram qualquer tipo de violência e quando oferecem qualquer tipo de risco à sua saúde ou à vida da criança, não se tratando somente da vida biológica, mas da completude da sua vida, enquanto ser biopsicossocial.

Essa consideração está muito bem exemplificada no caso de Maria, tão familiar a tantas outras mulheres em condições de vulnerabilidade, no artigo citado anteriormente conforme mostra o trecho a seguir:

Mais uma vez, sua descrença no sistema de saúde e no Estado veio à tona. Enquanto se recuperava dentro da maternidade municipal onde deu à luz, Maria lembrou-se das histórias que ouvia na rua: “eles roubam os filhos da gente”. Colocou então a menina recém-nascida dentro de uma bolsa e fugiu da unidade. Mais uma vez correndo riscos, ela evitou perder a filha e ficaram juntas por mais quatro meses. Quando a bebê completou esta idade, a mãe de Maria a denunciou para o Conselho Tutelar, porque ela morava na rua. Desde então, ela nunca mais viu a criança. Em setembro, a filha de Maria completa três anos — e já foi adotada por uma nova família.

Segundo esse artigo de Lola Ferreira (2019), dados do Ministério da Saúde, compilados pela Secretaria de Vigilância em Saúde, mostram que mulheres são as principais vítimas de violências motivadas exclusivamente por uma pessoa estar em situação de rua. Números referentes a 2017 apontam que elas são 56,3% das vítimas registradas no Sistema de Informação de Agravos (SINAN), e ainda há o eterno problema da subnotificação de casos. Pessoas negras, como Maria, são 55,8% das vítimas. E a violência sexual, relatada por ela, é a terceira maior sofrida por população de rua, atrás somente da violência física, que corresponde a nada menos do que 93% dos casos, e da violência moral, que inclui humilhações, por exemplo. Para Lola Ferreira (2019),

para alguns, o argumento de que a dificuldade de acesso ao sistema de saúde se dá somente porque o assunto do aborto é um tabu na sociedade. (...). No entanto, Maria vivenciou as suas duas gestações em situação de rua, e explica que, para se proteger, escondeu até o último momento seu “estado”. O principal medo é a sondagem para que o filho seja entregue à adoção por intermédio de agentes do Estado, mas também há o receio de ser mal atendida em um pré-natal. Os fatores que contribuem para a descrença no poder público por parte dessas mulheres se acumulam.

Este caso mostra, portanto, o quanto o aborto está relacionado às outras questões sociais como adoção em caso de mães em situação de rua e que foram vítimas de violências e crimes. Essa é mais uma triste realidade, objeto de trabalho e análise do assistente social, em que atualmente já são conhecidas diversas leis relacionadas ao tema adoção, que afirmam, dentre

outras coisas, que não basta a situação de pobreza para que a mãe não tenha direito à guarda do filho. O gráfico abaixo disponível no artigo de Lola Ferreira (2019), mostra o dado do Ministério da Saúde/SINAN de 2017 sobre os vários tipos de violência que mulheres em situação de rua sofrem.

## ABUSOS FÍSICOS, MORAIS E SEXUAIS: AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

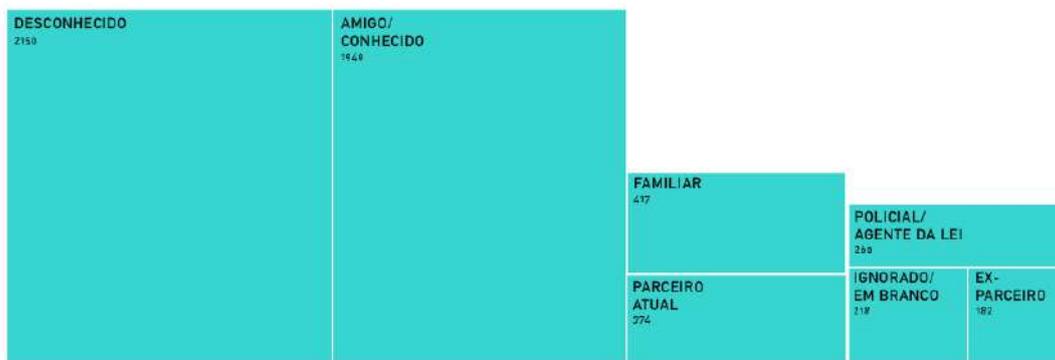


FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE / SINAN



É importante dizer que apesar desses números, existem iniciativas importantes na saúde, tais como o Consultório na Ruariado em 2010 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o programa atende pessoas em situação de rua, dividindo-se em seis grandes regiões. O artigo de Lola Ferreira (2019) traz ainda o depoimento de uma profissional que compõe uma das equipes do Consultório e explica que as equipes fazem seus esforços para serem mais agradáveis às mulheres, principalmente: “Em casos de gravidez, a gente faz o pré-natal, o acompanhamento geral. E se é possível fazer na rua, fazemos na rua”. Segundo a profissional pesquisada nesse artigo, a tática é utilizada para evitar que a mulher desista do atendimento e tenha o acompanhamento correto. Outro dado do Ministério da saúde, fornecido por essa autora, trata dos principais agressores das mulheres em situação de rua conforme mostra o gráfico abaixo.

## DESCONHECIDOS SÃO PRINCIPAIS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE / SINAN



Conforme mencionado anteriormente, as mulheres em situação de rua sofrem diferentes medos, desde a violência sexual e homicídio até roubos, conforme relata o artigo de Ferreira (2019),

O medo relatado pelas mulheres em situação de rua se estende a outras áreas. Luciana\*\* (nome fictício), que mora na rua há 20 anos, permanentemente precisa se virar para sobreviver. No dia em que encontrou a reportagem, sua mochila havia sido roubada havia menos de 24 horas. Todos os seus pertences, exceto seus documentos, foram levados enquanto ela não estava no papelão em que dorme. “Meus documentos ficam guardados com um amigo, que é segurança em um prédio aqui perto”, relata. É dos seus documentos que ela não abre mão, pois garante que a truculência policial é tamanha com pessoas que moram na rua que estar em dia com os próprios documentos é uma garantia mínima para não ser levada compulsoriamente para abrigos. Nas últimas semanas, entretanto, esse risco está mais iminente.

Ainda segundo a autora, o decreto municipal 46.314/2019, assinado pelo prefeito Marcelo Crivella, autorizou a internação compulsória de moradores de rua em abrigos da cidade. A Defensoria Pública e Ministério Público se manifestaram contra.

A imagem seguinte retrata as condições de rua vividas por essas mulheres entrevistadas no artigo em questão.



Caixas de papelão e suscetíveis a violências: a rotina das mulheres em situação de rua reflete a ausência do Estado. | Foto: Lola Ferreira / Gênero e Número

De acordo com Rosa (2015, *apud* Ferreira, 2019),

as violências como as descritas neste artigo também devem ser acrescidas à violência de Estado: “E o Estado tem um papel contraditório, que penaliza a mulher que já está com ausência de retaguarda do próprio Estado. Ao mesmo tempo em que fornece políticas de assistência social e saúde, o Estado tem uma polícia violenta e higienista contra essa população.

Para Rosa (2015 *apud* Ferreira, 2019), a discussão sobre aborto, atravessada pela violência sexual, física e também de Estado, ainda está muito distante de pessoas que vivem em situação de rua. “O aborto legal é uma discussão encabeçada por movimentos feministas que, na essência, são formados por mulheres com mais estudo e com condições de ativismo político consciente. A reivindicação do aborto para as mulheres em situação de rua *está distante*.

Esses casos mostram como a questão do aborto, especialmente para mulheres em condição de vulnerabilidade como de rua, vai muito além de pensar nos limites do corpo da mulher e de seus desejos de ser ou não mãe, tem a ver também com a segurança pública, a saúde, políticas públicas de assistência social enquanto caráter multidisciplinar porque tratam também das condições de vida da futura criança que irá nascer.

É por isso, e dentre outros argumentos, que a questão da mulher em situação de rua que sofre os diferentes tipos de violência adentra em diferentes esferas da vida pública e social, não sendo cabível análise de questões morais e de julgamento, mas sim condições concretas de sua vida enquanto sujeito completo e que possui direitos e deveres enquanto cidadã. É dever do Estado oferecer esses direitos tanto à vida como a garantia de sua saúde integral, podendo a ela exercer suas atividades enquanto cidadã.

De acordo com Carvalho (2018),

Uma vez que este nefasto sistema político-econômico-social que possui um alto nível de impunidade e um histórico silenciamento da mulher, proporciona a naturalização e reprodução da violência, seu enfrentamento é praticamente inviável sem ambicionar a superação deste projeto societário. Quanto mais desigual um país, mais acarretará violência e sujeição para a mulher. (CARVALHO, 2018 p.54)

Para a autora anteriormente citada “a luta das mulheres por autonomia e liberdade, juntamente com o rompimento dos ciclos de violência, requer a superação deste sistema de dominação-exploração”.

[...] o problema da opressão da mulher, apesar de ter um link no gênero, na imagem que se construiu dela, na imagem que se construiu do homem como o macho opressor, não tem aí sua raiz. Mais: o gênero está determinado pela classe; ele se expressa de forma distinta na mulher burguesa e na mulher proletária; e se esta é negra, sente também a discriminação racial. (TOLEDO, 2008, p. 118)

No entanto, entendo que há necessidade mais do que superar esse sistema de dominação- exploração. É necessário investimento do poder público em diferentes áreas para se reduzir esses dados estatísticos que mostram todos os tipos de violência contra mulheres, em especial, em situação de rua, objeto desta pesquisa, e as condições de vulnerabilidade e medo em que essas mulheres se encontram.

Considero que se faça necessário, por isso, concretizar as políticas públicas já existentes ou reformular novas com necessidades olhares para os novos dados estatísticos e olhares de pesquisadores especializados no tema. Por isso, concordo com a afirmação de Carvalho (2018) quando diz: “onde políticas de saúde não se efetivam plenamente e a investigação acerca da violência (sexual) que se relaciona e se expande com este sistema de

dominação (patriarcal) - exploração (capitalista) é morosamente feita".  
(CARVALHO, 2018, P.55)

De acordo com Cerqueira

[...] registros administrativos, com base nos dados da saúde ou da polícia, representam apenas uma pequena parcela dos eventos de violência sexual que acontecem a cada momento pelo Brasil afora e que terminam invisibilizados aos olhos do Estado e da sociedade, em face dos tabus envolvidos e da ideologia do patriarcado imanente em nossa cultura.(CERQUEIRA, 2017, P.45)

De acordo com Carvalho (2018), isso pode resultar tanto em políticas de saúde que pouco contemplam a gravidade do fenômeno quanto em atendimentos que muitas vezes são degradantes para a vítima.

De acordo com o Ministério da saúde,

As histórias das mulheres na busca pelos serviços de saúde expressam discriminação, frustrações e violações dos direitos e aparecem como fonte de tensão e mal-estar psíquico físico. Por essa razão, a humanização e a qualidade da atenção implicam na promoção, reconhecimento, e respeito aos seus direitos humanos, dentro de um marco ético que garanta a saúde integral e seu bem-estar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 59).

Esses casos, considerados invisíveis para grande parte da sociedade, somente reforçam, banalizam e legitimam a violência sexual, desconfiguram o caráter humanitário do atendimento às mulheres que sofrem esse tipo de violência, dificultando a concretização das políticas públicas de enfrentamento. Concomitante à gravidade da ocorrência do estupro, ainda se evidenciam os problemas consequentes como gravidez, contaminação por doenças venéreas ou mesmo a morte ocasionada por algum tipo de aborto mal sucedido. Além disso, pode ocasionar problemas emocionais tais como problemas com o desenvolvimento ou expressão da sexualidade, traumas psicológicos, retração social, dentre muitos outros.

Segundo SAFFIOTI (2004, p. 103-104, APUD Carvalho,2018), em uma sociabilidade burguesa e sexista, onde a violência sexual (sofrida em sua esmagadora maioria por mulheres, crianças e adolescentes) é crescente e agravada por altos índices de impunidade, e marcada por um sistema social cujo as instituições apresentam um caráter sexista no qual a mulher tem seus direitos cerceados por leis e políticas que não a contemplam de forma íntegra,

onde sua voz não é ouvida. Para a autora, “há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento, que permitem a interpretação desta experiência.”

De acordo com Toledo,

O que faz o feminismo hoje é combater pela igualdade entre os gêneros, sem enfrentar uma ordem econômica sob a qual se assenta a sociedade. Dessa forma, está combatendo apenas uma ordem de significação. Combate um conjunto de significações que o imaginário social instituiu em relação à família e demais instituições em determinado momento histórico. (...) Combate, assim, os efeitos e não as causas da opressão da mulher. Pior: faz crer que ao mudar uma ordem de significação, muda-se uma ordem econômica sob a qual se assenta, como se ambas fossem domínios autônomos e independentes entre si (...). “o verdadeiro problema não está no gênero, mas no seres humanos históricos; são as imagens e os papéis sociais construídos que fazem do homem um agente da opressão da mulher” (TOLEDO, 2008, p. 116)

Concordo com a afirmação de Carvalho quando diz:

Fica claro que mesmo se debruçando sobre a categoria “gênero” e sua relação hierárquica no patriarcado, o dilema da mulher não é puramente por ser mulher, e sim o que este papel representa neste sistema de dominação-exploração. (CARVALHO. 2018, P. 57)

O dever do assistente social é, assim, dentre outros, averiguar cada caso com base nas estatísticas e dados científicos e, com o apoio de uma equipe multidisciplinar, como psicólogo, educador social, advogado, médico, economista e sociólogo, se pensar nas políticas públicas enquanto encaminhamentos e formas de prevenir que essas dados estatísticos aumentem, agravando ainda mais as condições de vulnerabilidade das mulheres no Brasil.

Após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social que gerou na profissão o afastamento do trabalho voltado aos interesses da classe dominante, do caráter moralizante e assistencialista, pudemos contar com um novo olhar no posicionamento da categoria frente às manifestações da questão social, e um novo projeto ético-político voltado à classe trabalhadora, tendo como base para a intervenção com os usuários e postura profissional o Código de Ética.

Atualmente com o seu projeto bem definido, na defesa intransigente dos direitos sociais abre-se espaço para alternativas e estratégias para o

enfrentamento da questão social, em suas diversas áreas de atuação, bem como no atendimento às mulheres vítimas de violência.

Nesse cenário o assistente social exerce papel indispensável, já que realiza um trabalho de conscientização junto à vítima apoiado em sua orientação, estímulo para realização da denúncia e esclarecimento dos seus direitos. Além de serviços voltados para resgatar a sua autoestima e o trabalho em rede com diversos atendimentos necessários à vítima (como CRAS, CREAS, DEAM, Ministério Público, Conselho Tutelar, Defensoria Pública e CAPS, Consultório de Rua.) tendo como objetivo principal sua real emancipação. Dessa forma é realizada a missão do profissional de serviço social que trabalha na defesa e ampliação dos direitos sociais, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia.

Diante de uma conjuntura de redução dos investimentos sociais e precarização das políticas públicas são gerados inúmeros problemas e necessidades no cotidiano do profissional, resultando na ausência de uma estrutura e atendimento adequados para o enfrentamento da questão da violência contra mulher, o que intensifica a falta de comprometimento do Estado. Nesse sentido, é fundamental que o profissional se capacite constantemente e tenha apropriação dos três instrumentais principais da profissão: a) dimensão ético-política; b) dimensão teórico metodológica; c) dimensão técnico-operativa<sup>1</sup>, para superar os desafios do Serviço Social na atualidade. Além de produzir conhecimento na área, principalmente no objeto de estudo deste trabalho que é permeado pela escassez de produções teóricas no serviço social.

É nessa linha de pensamento, que na próxima seção trato da política de Assistência Social no Brasil e sobre a proteção social da mulher em situação de rua.<sup>2</sup>

---

1 Cf. Charles Toniolo e Claudia Mônica dos Santos.

2 Com o agravamento das desigualdades sociais e com o contexto da pandemia de covid 19 o número de moradores de rua tem aumentado bastante. De acordo com o IPEA a população em situação de rua cresceu 140% a partir de 2012, a partir da pandemia alcançou por volta de 220 mil pessoas em situação de rua.

### 3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

A assistência social como política social começa no governo de Getúlio Vargas numa perspectiva moralizante, de ajustamento, sendo inserida, pela primeira vez na constituição em 1934. Neste período a política de assistência social foi marcada pelo primeiro clientelismo e pelo clientelismo, organizada sob um caráter fragmentado e desorganizado.

Ao longo das décadas seguintes, em paralelo a essas políticas algumas instituições também se destacaram como a LBA, marcada pelo assistencialismo e práticas de tutela e favor na relação entre Estado e sociedade.

Na década de 1970, no contexto de lutas sociais contra a ditadura militar, segundo MDS (2011), diversas organizações sociais se articularam na luta contra o autoritarismo, por reformas sociais e contra o caráter excludente da política social vigente no período da ditadura.

Ao longo da década de 1980, com o aprofundamento da crise econômica e, junto dela, com o aumento das manifestações da questão social e da luta pelo fim da ditadura militar, a sociedade consegue se organizar para garantir mais direitos sociais, que viram a ser inseridos na constituição de 1988.

Com a redemocratização surgiram as primeiras iniciativas de organização das populações de rua, com a articulação de organizações multilaterais, pesquisadores, movimentos de igrejas, etc. Destacando-se o UNICEF e a pastoral do menor (da Igreja Católica). Nesse sentido esses projetos constituíram a base da formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, em 1985.

A luta dos movimentos sociais pela cidadania teve como resultado a conquista de direitos como aqueles inseridos nos artigos 5º e 6º da constituição de 1988 que precisavam ser implementados a partir da construção de políticas públicas para esse segmento da população.

Em 1993 foi instalado o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que congregava trabalhadores das organizações de atendimento, especialistas, militantes, etc.

A partir do assassinato de moradores de rua em 2004 em São Paulo, os diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, em meio a disputas políticas, avançaram na relação com o Estado para a construção de políticas sociais mais efetivas para a população de rua.

A meio a este contexto de luta por direitos, o SUAS foi criado em 2005 com o objetivo de romper com a lógica do assistencialismo e ações fragmentadas. Instituído como lei em 2011, o sistema promove o acesso a benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial.

Um enorme avanço para o campo da Assistência Social foi a aprovação, em 2004, criação da Política Nacional de Assistência Social, bem como a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) em 2005 que incide na organização, estruturação de serviços, benefícios, programas e projetos sociais.

Em 2005, através da alteração do artigo 23 da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) pela primeira vez houve a inclusão de uma previsão expressa de programas para a população de rua, construída de forma democrática e participativa. A partir daí o governo passa a construir uma série de iniciativas visando a inclusão social da população de rua, como o Grupo de Trabalho Ministerial montado em 2006 para tratar sobre o tema e a construção da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua em 2007, que contribuíram para uma série de outras iniciativas, em articulação com outras políticas sociais.

No sentido da consolidação do SUAS, em 2009, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que regulamenta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Esta, ao tratar dos serviços da proteção social especial de média complexidade, tipificou o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, prevendo como local principal de sua oferta o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

A Resolução Nº 109 de 2009, foi fundamental para o avanço na oferta de ações às pessoas em situação de rua no SUAS, na medida em que efetivou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A Tipificação

estabeleceu parâmetros para a oferta de serviços socioassistenciais de PSE de Média e Alta Complexidade direcionados a diversos públicos, dentre os quais a população em situação de rua.

No contexto dessas mudanças no âmbito das políticas sociais muitos pesquisadores começaram a repensar a intervenção dos profissionais que atuam nas política de assistência social para a garantia de direitos. Nesse sentido, em seguida apresento alguns elementos gerais da intervenção profissional na assistência segundo essa perspectiva.

A intervenção, segundo Almeida (2007, p.35) deve ser interdisciplinar, requerendo os seguintes procedimentos:

- a) A capacidade analítica das determinações estruturais, dos seus condicionantes conjunturais, das relações intersubjetivas envolvidas e dos mecanismos institucionais disponíveis e/ou mobilizáveis,
- b) Escuta efetiva no sentido de identificar as demandas efetivos dos sujeitos envolvidos em relações violentas, favorecendo a reconstituição e apropriação crítica, identificando os mecanismos que operam nas situações de violência, as justificativas construídas para a existência da situação, os efeitos produzidos nas suas condições de vida e nas suas relações, as saídas já tentadas, os obstáculos encontrados, e , sobretudo, as alternativas possíveis em torno de segurança e de um espaço encontrado sem violência.
- c) Nesse itinerário reflexivo- individual e coletivo- as visões de mundo, as ideologizações do real, as identidades sociais básicos, os processos intersubjetivos, precisam ser interrogados tanto pelos (as) profissionais quanto pelos (as) protagonistas de relações violentas, sob pena de se contribuir para a reprodução acrítica do fenômeno. Ressalte-se que o exercício analítico não é um circunscrito à experiência acadêmica, mas condição da própria prática consciente e consequente.
- d) Condenação clara das práticas de violência como ato político, de defesa da liberdade, da cidadania e dos direitos humanos e, não como julgamento moral e expressão de solidariedade vitimista que tende a construir dicotomicamente, os lugares do algoz e da vítima, a buscar

culpados, a encontrar soluções mágicas e reforçar uma perspectiva fatalista e/ou messiânica. Cabe aos/ às profissionais dar visibilidade por meio de dados, análises, debates e manifestações públicas que lhes possibilitem ultrapassar a cotidianidade e a imediatividade de suas rotinas institucionais.

Ainda segundo Almeida (2007, p.35), é necessário reformular os equipamentos sociais e a formação continuada de profissionais que atuam nessa área, o monitoramento por meio de indicadores e avaliações periódicas e sistemáticas. É necessário deixar de ser um conjunto de ações fragmentadas, sem a visão ampla e complexa que é a segurança e apoio à mulher, vítima de violência de rua. E com isso, não apenas refletir sobre os programas e políticas que objetivem encaminhamentos, mas sim a prevenção desse tipo de violência.

É necessário, segundo Almeida (2007, p.36), mapear todos os serviços existentes no Brasil tais como serviços médicos legais, atendimento jurídico, centros de apoio, entre outros; reformular normas de segurança e proteção à mulheres que sofram violência de gênero; definir os critérios de qualidade para o funcionamento desses serviços; criação ou fornecimento de um sistema de dados sobre crimes de violência contra mulheres; oferecimento de capacitações para os/as profissionais que atendem essas mulheres para ampliar seus conhecimentos científicos e sensibilizá-los (as) aos diferentes casos.

As políticas públicas, assim, permitiriam dar maior visibilidade às ações do Estado, com a participação da sociedade civil em diversas áreas tais como educação, cultura, segurança pública, entre outras. Segundo Almeida é importante que o Estado reveja os dados acerca da violência de gênero para se pensar nessa articulação concreta entre todas as áreas de atuação e formulação políticas públicas efetivas: “planejar a gestão da cidade supõe a apreensão da complexidade e das relações dos processos sociais que a permeiam considerando a diversidade de práticas sociais de mulheres e homens de diferentes etnias e classes sociais.” (ALMEIDA, 2007, p. 38). Ainda segundo a autora:

Deve-se ressaltar a importância da proposição e implementação das ações afirmativas para mulheres submetidas à violência de gênero crônica em suas relações íntimas, tais como: delegacias especializadas no atendimento à mulher, casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, centros de atendimento, etc. Medidas como essas, se executadas por profissionais com qualificação para o tema em uma perspectiva feminista (isto é, que questione radicalmente a matriz hegemônica do gênero), representam importantes estratégias de acolhida, reflexão, orientação e empoderamento das mulheres, dão visibilidade ao fenômeno, provocam debates sobre suas múltiplas dimensões e implicações e significam o reconhecimento pelo poder público, da existência das desigualdades, que por meio dessas ações, se busca reparar (ALMEIDA, 2007, p. 38).

Bandeira (2014) destaca os diferentes locais institucionais de acolhimento da violência de gênero, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's) a partir dos anos 1980, assim como da área de saúde que, a partir dos anos 1990, se intensificou. Além disso, destaca o marco jurídico de avanço nos direitos presentes na Lei Maria da Penha (n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006) e na sua efetiva aplicação.

#### **4. O TRABALHO DO CENTRO POP**

##### **4.1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO CENTRO POP E PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DOS SERVIÇOS DO CENTRO POP**

###### **4.1.1. Características Gerais da Instituição**

- Nome da Instituição: Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop)
- Endereço: - Rua Coronel Gomes Machado, 279- Centro, N, Niterói-RJ – RJ
- Tel: 21- 2620-1578/Email: [crepopniteroi@gmail.com](mailto:crepopniteroi@gmail.com)
- Horário Funcionamento: Segunda a Sexta-feira - 7:00 às 19:00
- Serviço Especializado em Abordagem Social: Segunda a Domingo – 24h por dia
- Equipe CASS - Guarda Municipal Presente 24h

- Funcionamento: A unidade funciona (aberto para atendimento ao público) nos dias úteis, 5 dias por semana de segunda a sexta, das 7:00 as 19:00, estando assegurada a presença de equipe profissional necessária para o bom funcionamento do serviço.

#### **4.1.2. Natureza da Instituição**

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), previsto no Decreto nº 7.053/2009 na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em unidade de referência da Proteção Social Especial de média complexidade, de natureza Pública Estatal de Gestão Municipal. A gestão do Centro de Referência para População em Situação de Rua é de responsabilidade do órgão gestor da Política de Assistência Social e Direitos Humanos do Município de Niterói.

O Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à População em Situação de Rua. Em Niterói, este equipamento tem funcionado como porta de entrada para os usuários acessarem a Assistência Social, enquanto política pública, assim como as demais políticas setoriais, sobretudo as de saúde, de habitação e de segurança alimentar.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação.

A unidade deve contribuir para a construção ou reconstrução de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária; possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial e convívio ou vivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento de autonomia Individual, familiar e social acolhida.

Os serviços prestados pelo Centro Pop são diversos: acolhida, escuta qualificada, alimentação, higiene pessoal, estudo social, diagnóstico socioeconômico, informação, comunicação e defesa de direitos, referência e contrarreferência, orientação e suporte para acesso à documentação pessoal, orientações e encaminhamentos para a rede de serviços locais, articulação da rede de serviços socioassistenciais, articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais, articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos, mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho, estímulo ao convívio familiar, grupal, elaboração de relatórios ou prontuários, recambiamento e encaminhamento para redes de acolhimento, sendo que os de rotina são: acolhimento, banho, almoço, atendimento, participação em oficinas de redução de danos, organizada pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Além disso, participam de oficinas para a reinserção como sujeito social e sujeitos de direitos, organizadas pelo Centro Pop como o varal da cidadania, oficina de artes, oficina de pedagogia, oficina de cultura e oficinas de lazer, organizada pela Universidade Federal Fluminense. Uma grande demanda a ser destacada também é a retirada de segunda via de documentos e a busca por abrigo.

Os casos de violência possuem diferentes expressões, e o atendimento da equipe é de suma importância, acolhendo a pessoa vitimizada e sua complexidade; conhecendo a história de violência vivenciada; identificando o tipo de relação familiar e/ou rede de relacionamento da vítima; possibilitando reflexão crítica da situação vivenciada; e identificar as demandas sociais trazidas pela vítima (decorrente ou não da situação de violência); e encaminhando também para atendimento psicológico individual.

É de suma importância também orientar e Informar sobre os recursos de apoio à comunidade, tais como: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Centro de Referência Especial de Assistência Social – CREAS; Centro

de Referência para Mulheres; - CRM; Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM; Ministério Público; Defensoria Pública e etc.

#### **4.1.3. Infraestrutura**

O Centro de Referência Especializado de Niterói foi instituído no ano de 2010 e conta com uma infraestrutura que vem sendo adaptada para atender as demandas recebidas. Desta forma, visando à integração e consonância com a Tipificação Nacional, o equipamento tem sido reestruturado com adequação de acessibilidade para melhor atender a dinâmica de trabalho, espaço de lavanderia, cozinha, refeitório, banheiro com chuveiro, sala de abordagem da equipe social, sala de reuniões, sala de atendimento individualizado e área externa para realização de atividades socioeducativas.

O equipamento possui 01 computador para a equipe técnica, tanto a impressora quanto a rede de internet funcionam parcialmente, dificultando na busca ativa da rede de serviços intersetoriais, os móveis não atendem à demanda e os que existem estão em péssimas condições de uso, há falta de material de trabalho adequado para dar suporte às atividades desenvolvidas no equipamento as assistentes sociais se restringem à uma sala onde se divide o pouco espaço que se tem entre os assistentes sociais, estagiários e psicólogos e a qual se desenvolve o seu trabalho cotidiano.

#### **4.1.4. Características dos Usuários e das Demandas**

Os usuários se caracterizam, em sua maioria, como adultos entre 18 e 59 anos em situação de rua (que utilizam a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência) que tiveram seus vínculos familiares rompidos, que estão nas ruas por falta de emprego, ou, por causa da dependência química. No entanto, crianças e adolescentes podem ser atendidos pelo serviço somente quando estiverem em situação de rua, acompanhados de familiar ou pessoa responsável. O espaço recebe também demanda de famílias que são de outros estados ou municípios e idosos que procuram abrigo.

O serviço pode ser acessado de forma espontânea ou por encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social, por outros

serviços da assistência social ou de outra política pública e por órgãos do Sistema Judiciário. O equipamento pode também ser acessado por encaminhamento de outros serviços da assistência social ou de outra política pública, instituições, por órgãos do Sistema Judiciário ou pela própria sociedade. Crianças e adolescentes (00 a 18 anos), em situação de rua e vulnerabilidade social cujos vínculos familiares e comunitários estejam fragilizados ou rompidos são encaminhados para o Conselho Tutelar através de notificação.

O Centro Pop realiza o serviço gratuito de retirada de todos os documentos pessoais, orientação e encaminhamentos aos órgãos competentes obtendo gratuidade através da defensoria pública, pedidos de abrigo, tentativa de reinserção familiar, reinserção social, encaminhamento a rede de proteção como CREAS, CRAS, abrigos, unidades de saúde, consultório de ruas, encaminhamento aos CAPS, Defensoria Pública, Ministério do Trabalho, 76ª DP para obtenção do Boletim de Ocorrência ou Registro de Extravios de Documentos.

Outro serviço ofertado no equipamento são os recambiamentos dentro e fora do Estado do Rio de Janeiro, ao qual toda a rede de proteção como CRAS, CREAS, CENTRO-POP e outros são acionados. Assim como o contato familiar é imprescindível para que a volta do usuário ao seio familiar, seja concluída de forma positiva. Cabe ressaltar, que as solicitações de passagens são encaminhadas para SASDH (Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos), e os usuários aguardam o processo nos abrigos dos municípios.

O Centro Pop de Niterói realiza abrigamentos diários, recorrendo a rede de proteção do município de alta complexidade. O abrigo é feito pelo técnico em conjunto com a coordenação do Centro Pop, obedecendo os princípios norteadores pelo SUAS.

A oferta de alimentação é um dos serviços do Centro Pop (café da manhã, almoço). Atualmente o Centro POP não tem encaminhado os usuários para restaurante popular em Niterói. As refeições têm acontecido dentro do próprio equipamento, no refeitório, disponibilizando somente 20 refeições diárias, fornecidas em quentinhas.

É disponibilizado à população em situação de rua, banheiros para que os mesmos possam fazer a sua assepsia diária e um espaço para lavar roupas e material de higienização.

A reinserção no mercado de trabalho é algo muito importante nos dias de hoje, cabe destacar que o desemprego torna-se motivo, do qual vários usuários procuram a rua para sua subsistência, torna-se necessário que o equipamento construa atividades nesse sentido.

#### **4.1.5. Avaliação e Monitoramento no Centro POP.**

A Política Nacional para População em Situação de Rua do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento tem por função, avaliar e monitorar as políticas públicas dessa População, conforme citação:

Primando pelo debate democrático, pela transparência e pela intersectorialidade na atenção à população em situação de rua foi instituído, em 2009, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), que congrega representações do poder público, da sociedade civil organizada e de movimentos sociais desse segmento (BRASIL, 2011.s/p.).

É preciso frisar da importância em obter registro e informações para monitoramento em Relação aos projetos e oficinas dentro do Centro Pop, destacando que:

A avaliação ainda é percebida como opinião no sentido lato senso, ou seja, informal/espontânea carecendo de instrumentos de coleta e análise de dados advindos da pesquisa social aplicada. Já o monitoramento é vinculado à fiscalização, controle, vigilância, organização de documentos e ao cumprimento de normas em detrimento da sua valorização enquanto acompanhamento planejado, sistemático e dirigido da implementação de um serviço, programa ou projeto social. A informação e os sistemas informatizados ainda não são considerados como instrumento de organização e sistematização de dados que servem para subsidiar processos de planejamento, mas como uma forma de controle de benefícios eventuais.” (BUENO, 2015, p.20)

Padronizar e sistematizar registros trazem a possibilidade de uma melhor organização permitindo segundo o autor:

organizar as informações necessárias à alimentação periódica dos sistemas da Rede SUAS e de outros sistemas utilizados pelo órgão gestor local ou até mesmo do Estado e analisar dados, realizar

avaliações e estudos voltados à ampliação do conhecimento e à retroalimentação do processo de planejamento, de modo a subsidiar decisões para aprimorar a gestão e a qualidade dos serviços ofertados.(BUENO, 2015, p.20)

## Segundo Bueno

A avaliação ainda é percebida como opinião no sentido *lato senso*, ou seja, informal/espontânea carecendo de instrumentos de coleta e análise de dados advindos da pesquisa social aplicada. Já o monitoramento é vinculado à fiscalização, controle, vigilância, organização de documentos e ao cumprimento de normas em detrimento da sua valorização enquanto acompanhamento planejado, sistemático e dirigido da implementação de um serviço, programa ou projeto social. A informação e os sistemas informatizados ainda não são considerados como instrumento de organização e sistematização de dados que servem para subsidiar processos de planejamento, mas como uma forma de controle de benefícios eventuais.(BUENO, 2015, P.20)

Em relação ao monitoramento no Centro Pop, observou-se que esse processo de monitorar de modo qualitativo não aconteceu por algumas fragilidades encontradas devido a falta de qualificação profissional e isso faz com que os indicadores de monitoramento sejam afetados. Na prática do profissional dentro do equipamento, o que prevaleceu foi a dimensão técnica-operativa da política.

O Serviço Social tem como desafio avançar nos serviços socioassistenciais ofertados para os usuários, analisar os impactos e os efeitos na vida desses usuários. É necessário ressaltar que para ultrapassar as ações imediatas é preciso avançar no monitoramento e avaliação e um dos desafios para o Serviço Social é o reduzido número de técnicos.

Vale ressaltar que o objetivo da avaliação de um projeto é obter resultados concretos, respondendo aos interesses dos usuários, a fim de melhorar o projeto ou oficina ou até mesmo serviço e modificá-lo, caso seja necessário, avaliando os pontos que foram positivos ou negativos, os avanços e retrocessos e esperávamos verificar isso no Centro Pop.

A metodologia que poderia ter sido utilizada seria a quantitativa e qualitativa, sabendo, que a qualitativa permite investigar o indivíduo a partir do diálogo, do encontro e da responsabilidade, a fim de construir um olhar crítico para com a realidade dos sujeitos envolvidos.

#### **4.1.6. Conjuntura Política e sua incidência no contexto institucional**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS. De acordo com a PNAS (2004), “no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos” (p.37).

A equipe do Centro Pop, na época do estágio, era composta por 06 Assistentes Sociais e 02 psicólogas, 01 coordenadora da equipe, 05 educadores sociais e 04 estagiários. O assistente social no Centro Pop trabalha 30 horas semanais, 3 vezes na semana, se revezando 3 vezes na semana com 02 psicólogas. Atualmente se trabalha em escala de 12x36, reorganização que gerou uma grande insatisfação por parte dos profissionais.

Os profissionais concursados estão sendo alocados no equipamento aos poucos e a cada momento chegam novos técnicos, hoje não sabemos exatamente quantos estão alocados no equipamento, pois esta informação não consta do site da Secretaria.<sup>3</sup> Essa nova dinâmica gerou uma tensão entre os profissionais antigos e os concursados. Também ocorreu a mudança de sala, mas as instalações continuam precárias, os armários continuam antigos. Outra mudança diz respeito a equipe de abordagem, que antes era a única que fazia intervenção na rua, agora todos são convocados a irem para ruas para fazer a abordagem social, requisitados a partir de uma escala.

Nessa nova organização os usuários procuram as antigas assistentes sociais, mas não as encontram mais, dependendo do dia. Eles agora recebem senha para serem atendidos 12 senhas pela manhã e 12 senhas à tarde. Não se notam muitos usuários como antes e em relação à entrada dos usuários eles passaram a entrar pelo lado da quadra. Antes sentavam-se numa cadeira acolchoada, mas hoje eles se sentam em um vão da entrada de concreto. As oficinas não estão acontecendo mais.

---

<sup>3</sup> <http://www.niteroi.rj.gov.br/>

- Relação com outros profissionais: em um equipamento temos uma equipe multidisciplinar o que favorece a realização do estudo de casos, a análise e a avaliação de cada abordagem e atendimento a cada usuário. Tendo em vista as especificidades da unidade e do público atendido, a qualificação da gestão exige flexibilidade, reflexões periódicas sobre os trabalhos desenvolvidos e resultados atingidos, com possibilidades de contemplar sugestões/ considerações/participação dos usuários atendidos.
- Relação com a guarda Municipal: a inserção da guarda em um equipamento da assistência torna-se algo recente, essa parceria está sendo construída com muito empenho de ambas as partes, percebemos a necessidade de construir um pacto de normas de condutas entre os usuários com intuito de aperfeiçoar o fluxo do Centro POP, cabe ressaltar que posturas mais rígidas da guarda não condizem com o funcionamento de um equipamento da assistência.
- Relação com equipe de educadores sociais: tais profissionais atuam no cotidiano da instituição fazendo recepção dos usuários, distribuindo alimentação, sua ação é direta com os usuários na organização dos atendimentos, orientam o fluxo do banho, atuam nos grupos de atividades oferecidas pela instituição, sendo o primeiro contato do Centro POP com seu público.

O equipamento conta com uma equipe de abordagem, que faz parte do Centro Pop, ou seja, é um “braço” do equipamento nas ruas de Niterói, se caracterizando como uma das “portas de entrada”. Tal equipe aborda as pessoas em situação de rua e oferece os serviços do equipamento, através de encaminhamentos.

A partir das observações, questionamentos, vivências e implementação do projeto de intervenção “Redução de Danos”, pude avaliar o espaço, contribuindo para a interlocução entre as dimensões teórico-metológica e técnico-operativa, além de contribuir também na concepção de atuação

profissional, já que avaliar e monitorar também é uma atribuição do assistente social como previsto na Política Nacional de Assistência Social.<sup>4</sup>

Nesse sentido, a utilização dos indicadores sociais é “um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas” (JANNUZZI, 2004, p. 15), auxiliando nos processos de planejamento, implementação, execução, avaliação dos programas, projetos e serviços sociais.

Um indicador social é uma medida, em geral quantitativa dotada de um significado social, utilizado para quantificar, substituir, operacionalizar um conceito social abstrato. É um recurso metodológico que informa algo sobre um aspecto da realidade social, é um instrumento programático operacional para planejamento, execução, monitoramento, avaliação de políticas públicas (JANNUZZI, 2014, p. 15).

Considerado também para o autor o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados.

Apesar de ser uma pesquisa quantitativa, os indicadores sociais não se debruçam apenas em números, existe uma contextualização por trás de cada dado estatístico, sendo ele importante para a construção desses indicadores.

Reconhecendo a importância desse instrumento e por acreditar que a análise de indicadores traria uma percepção da realidade social, foi feito a busca junto a gestão do Centro Pop para o acesso aos dados de projetos realizados no equipamento. O projeto “Redução de Danos” era realizado todas as quintas-feiras, aberto a todos os usuários, porém voltado para o uso abusivo de álcool e drogas.

Dos dados quantitativos tivemos acesso à lista de chamada, onde podemos perceber o número de aumento de interesse dos usuários. Contudo, aos dados qualitativos tivemos acesso a um relatório geral sem sistematização das atividades semanais, o que impossibilitou a avaliação e monitoramento do projeto. Cabe ressaltar as:

---

<sup>4</sup> Esta compreensão tem relação direta com a aprovação do projeto ético-político do Serviço Social.

- Formas de avaliação das diferentes atividades realizadas no cotidiano do exercício profissional: Compete ao assistente social julgar a melhor abordagem a ser realizada segundo o perfil do usuário ou da família a ser atendida sempre fazendo uso da ética profissional. A avaliação deve ser cautelosa e diária, permeando cada atividade a ser realizada. Ressalto que a percepção crítica dessa realidade vivida pelos usuários exige compreender a complexidade da dimensão social que perpassa a situação de rua.
- Forma de participação dos usuários oficinas e grupos voltados para integração e reinserção do usuário à sociedade. É um espaço de fomento, discussões e ampliação de vínculos: Redução de Danos, Grupo Vida Viva, Grupo de Raízes, Grupo Caminhos, Grupo Universo Pop, Grupo Holístico, Espaço Construir e Cine Pop.

É preciso frisar a importância do Incentivo à participação social dos usuários a fim do conhecimento de seus direitos visando à mobilização de recursos para o enfrentamento de situações adversas. O assistente social precisa possibilitar a partir de sua intervenção o monitoramento e a avaliação do trabalho apresentado e desenvolvidos para saber os resultados alcançados.

Para a atuação profissional o ideal seria estar de acordo com esses parâmetros citados, o que não ocorreu no Centro Pop. Os Projetos aconteciam, as oficinas também, mas ficaram pendentes os relatórios, as informações. Seria necessário saber de fato a contribuição que o Centro Pop estaria dando aos usuários, o que estaria sendo construído com eles de forma positiva ou de forma negativa, a sua participação, os impactos sociais e seu reflexo no cotidiano dos usuários. Porém, o que temos são as experiências concretas, vivenciadas por eles e por nós, estagiários, mas nada além disso.

Tendo em vista as especificidades da unidade e do público atendido, a qualificação da gestão exige flexibilidade, reflexões periódicas sobre os trabalhos desenvolvidos e resultados atingidos, com possibilidades de contemplar sugestões/considerações/participação dos usuários atendidos. Além de momentos com a participação dos usuários da unidade em discussões

para o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas, que se constituem como um importante instrumento para impulsionar, também a participação em outras esferas.

Não só o equipamento, mas como já explicitado, a atuação profissional sofre com as precarizações, principalmente por se tratar da política de assistência que é a que vem sofrendo mais ataques.

O Serviço Social, neste processo de contradição, atende tanto aos interesses do capital, através da criação de condições favoráveis para a reprodução da força de trabalho; como ao mesmo tempo e pela mesma atividade atende aos interesses do trabalho, dando respostas às necessidades de reprodução da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2000, p. 150)

Essa contradição traz ao profissional o desafio de articular o projeto ético-político da profissão com as demandas colocadas no processo de trabalho, conforme afirma Iamamoto,

As atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais estão condicionadas às demandas institucionais, e as condições de trabalho advindas da instituição muitas vezes determinam a forma de intervenção profissional, tendo em vista que seu trabalho não se desenvolve de forma autônoma, porque o profissional não dispõe de todos os meios e instrumentos necessários para realização do mesmo, e o desenvolvimento de suas atividades perpassa as relações de poder presentes nos diversos espaços sociocupacionais da profissão. (IAMAMOTO, 2000, p. 150)

De acordo com o exposto, a intenção não é culpabilizar o profissional e sim entender de forma sistematizada o cotidiano do assistente social inserido nesse espaço sócio-ocupacional e as questões que perpassam sua atuação, levando em consideração os motivos para não serem realizados relatórios qualitativos dos projetos realizados no equipamento e também por não ter sido realizado o projeto de intervenção construído pela equipe de estagiários, do qual fazia parte.

Sendo assim, a justificativa que tivemos para a não realização dos relatórios do projeto analisado foi a falta de tempo para realização do mesmo. O que nos faz refletir justamente sobre as precarizações no setor público, que rebate na ausência de estabilidade de vínculos, falta de condições materiais e

físicas adequadas, insuficiência de formação continuada que repercutem na própria consciência do trabalhador, afetando o cotidiano profissional e conseqüentemente a população usuária do equipamento.<sup>5</sup>

Nota-se, portanto, esses fatores, principalmente no que diz respeito à falta de condições físicas, que foram perceptíveis com o número cada vez maior do fluxo de pessoas para atendimento, condicionando os profissionais a uma prática cada vez mais burocratizada, se tornando um local basicamente para retirada de documentos. Além dessa questão, foi perceptível também a questão das determinações vindas da secretaria, tensionando a prática profissional.

Em busca da resolubilidade dessa questão foram contratados novos técnicos e também reorganizada a gestão do Centro Pop, o que acabou impossibilitando a implementação do projeto de intervenção construído.

Nesse sentido, é importante salientar a significância da formação continuada, que também contribui para uma atuação profissional voltada para o projeto ético-político da profissão. Conforme descreve Brites e Barroco

[...] O agir ético constrói concretamente modos de ser orientados por valores e princípios escolhidos conscientemente pelos indivíduos sociais, mas sua autonomia em face das escolhas é sempre relativa a determinadas condições históricas. A escolha implica a liberdade; o ser social é livre porque pode construir alternativas para então escolher conscientemente entre elas. Por isso, a liberdade que funda o agir ético não é um valor abstrato; para que a liberdade exista é preciso que os homens tenham, objetivamente, condições sociais de intervir conscientemente na realidade, transformando seus projetos ideais em alternativas concretas de vivências da liberdade! (BRITES E BARROCO, 2002, P.2)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa objetivou articular as questões de gênero, patriarcado e poder às situações de violência enfrentada por mulheres em diversos contextos brasileiros, mais especificamente no CENTRO POP, um centro de referência de apoio às mulheres em situação de rua em Niterói, RJ.

---

5 Desde 2016 o Brasil tem vivenciado forte redução de investimentos nas políticas públicas. Essa redução vem ocorrendo não somente nas políticas de assistência social, mas também na saúde, o que aumenta a dificuldade de garantir de direitos à população vulnerável, como a população de rua.

As condições em que as vítimas se encontram na sua situação de rua são diversas, como agressões físicas ou verbais, estupros e assassinatos. A grande maioria, sendo negra, entre 18 e 44 anos, ainda não encontra no Estado, condições seguras com políticas assistencialistas, por mais que tais políticas estejam garantidas legalmente.

Nesse sentido, através do meu estágio realizado durante a minha graduação em Serviço Social, me interessei em observar, com o aporte teórico estudado nesta pesquisa, alguns aspectos relacionados ao trabalho do CENTRO POP relacionados às questões da violência contra mulher em situação de rua.

Os resultados deste trabalho mostram que, embora o Centro - Pop ofereça oficinas e espaços para mitigar o sofrimento das mulheres, ainda precisa de mais apoio do Estado para ampliar o acolhimento e sofrimento destas. Sua infraestrutura e recurso pessoal necessitam de complementos seja financeiros, seja de formação profissional e técnica. E com isso, conclui-se que essa pesquisa, embora tenha caráter introdutório, traz contribuições necessárias para reflexão sobre a formação e atuação do assistente social enquanto agente social que contribui com questões humanizadoras acerca da violência sofrida pela mulher.

Enquanto futura assistente social, é importante levantar algumas reflexões a partir desses resultados: onde quero chegar ao avaliar? O que isso significa para o profissional Serviço Social? Como fazer para que essas informações cheguem a nós e o que ela nos ensina? São questionamentos enquanto profissionais devemos ter, inquietar-se diante de novos desafios, a fim de dar uma resposta, sendo que, no Centro Pop, não conseguimos encontrar essas respostas.

As informações precisam ser coletadas, os relatórios precisam ser feitos para que tenhamos as informações com mais detalhes, pois elas vão nos revelar o que precisamos, para ver seus efeitos.

E questionamos: Onde fica a fala dos usuários? Sua participação? Inexiste diante de uma burocracia que se remete unicamente a assinaturas para controle de quantos estavam participando das atividades, sabe-se que é

um dado importante, mas incompleto. Diante dos desafios que atinge a prática profissional na dimensão teórico-crítica e como estagiária era limitada a não mais avançar na construção de uma análise mais crítica e construtiva, pois as informações nos chegavam incompletas, e percebemos o quanto a participação dos usuários impacta nas respostas que precisariam ser obtidas, os usuários precisam ter participação ativa, aberta, proporcionando a eles um elo de confiança e confiabilidade e o Assistente Social precisa estar atento as respostas dos usuários, dando-lhes uma escuta qualificada.

No âmbito desses resultados e desses questionamentos, essa pesquisa indica contribuições para reflexões acerca da importância das políticas públicas de assistência à mulheres em situação de rua que sofrem algum tipo de violência e na atuação do serviço social. Além disso, reflete sobre possíveis parcerias entre a universidade e esses centros de referências na formação desses profissionais.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Suely Souza. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely Souza (Org.). Violência de gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2018, n.132, pp.268-286. ISSN 2317-6318. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.141>. Acessado em :15/04/2021.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc. estado*. vol.29 no.2 Brasília May/Aug. 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008). Acessado em: 16/04/2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –

MDS Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3- Brasília- 2011. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_centro\\_pop.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf) Acesso em 03/07/2019.

BAIERL, L. F. Medo social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BRITES, C. M.; BARROCO. M.L.S. A centralidade da ética na formação profissional. In. Revista Temporalis. n. 2, Brasília: ABEPSS, 2000. ISSN 1518-7934.

BUENO, Nayara Cristina e CARLOTO, Cássia Maria. Avaliação e monitoramento da política de assistência social: uma proposta em construção – Florianópolis – 2015  
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/r.k/v18n1/1414-4980-rk-18-01-00013.pdf> acesso 03/07/2019. Acessado em:17/04/2021

CARNEIRO, A & A FRAGA. C; C .A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: Da violência denunciada à violência silenciada. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 369-397, abr./jun. 2012.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: SEMINÁRIO DE APROFUNDAMENTO DO TRABALHO COM GÊNERO NO PRÓ-GAVIÃO, Vitória da Conquista. [Anais] [...]. Vitória da Conquista: NEIM/REDOR, 2008. p. 1-9.

CRESS 7ª região. ASSISTENTE SOCIAL: Ética e Direitos – Coletânea de leis, 4º ed. 2006.

CARVALHO, Isabella Gonçalves de, O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES/ CRIANÇAS/ ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA MAIA. TCC. UFRJ. 2017.

G1, O GLOBO.COM. Idosa é resgatada em situação análoga à escravidão no Rio; patrões não pagaram salário por 41 anos, diz força-tarefa. Disponível em:<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/28/forca-tarefa-resgata-idosa-em-situacao-analoga-a-escravidao-no-rio-patroes-nao-pagaram-salario-por-41-anos-diz-superintendencia.ghtml>. Acessado em: 15/04/2021.

FERREIRA, L. “Menos mulheres”: Invisíveis, moradoras de rua estupradas não têm acesso ao aborto legal. 09/2019. Disponível em:<http://www.generonumero.media/moradoras-de-rua-estupro-aborto/>. Acessado em:17/04/21

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

IAMAMOTO, M.V. Transformações Societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social. UNB, Brasília, SESO nº 06, jan/jun 2000 (pág.45-78).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em:  
<https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens.html>. Acessado em:15/04/2021.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

METRÓPOLE. Mulher é libertada após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/mulher-e-libertada-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao>. Acessado em: 15/04/2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios de Diretrizes. Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Brasília, DF. 2004. Disponível em <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nac\\_atencao\\_mulher.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf)> Acesso em 12 de Novembro de 2018.

PISCITELLI, A. Gênero: A História de um conceito. Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia. 2009.

ROSA, Anderson da Silva and BRETAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface (Botucatu)* [online]. 2015, vol.19, n.53, pp.275-285. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. (Orgs.). *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/Nipas/ Unicef, 1994. p. 151-185.

\_\_\_\_\_. Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, C. M. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, C. M., & Izumino, W. P. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. *E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, 16. Disponível em: [www.nevusp.org/downloads/down083.pdf](http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf) Acessado em: 15/04/2021.

SANCHOTENE, L. P. Antoni, C.D; Munhós, A. A.R. MARIA, MARIA: concepções sobre ser mulher em situação de rua. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 18, n. 1, p. 146-160, jan./jun. 2019.

SILVA, M. V. Violência contra a mulher: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

STECANELAI, N. & FERREIRA, P. M. Territórios Íntimos da Violência de Gênero. V Congresso Internacional de Filosofia e Educação (V CINFE). Maio de 2010. Caxias do Sul- RS. ISSN 2177644X.

TOLEDO, C. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Sundermann, 2008.